

Usp e a Pandemia: Um histórico de descaso e falta de diálogo!

Protocolos da USP para casos de Covid entre trabalhadores são falhos e incompletos

Muito embora a USP esteja em destaque na mídia como uma das melhores Universidades do Mundo quando o assunto é Covid-19, o tratamento que tem dado durante a Pandemia a seus **TRABALHADORES** é de terceiro mundo. Um verdadeiro descaso para dizer o mínimo.

Desde o início da Pandemia, mesmo antes da primeira morte registrada no Brasil, ocorrida no dia **17/3/2020**, a categoria já se mobilizava através do SINTUSP para exigir respeito à vida e a suspensão das atividades presenciais. Enquanto isso o Reitor declarava que “a USP não vai parar”.

Foi preciso muita luta e que decretássemos uma Paralisação para mudar esse quadro. Aos poucos foram liberando os “grupos de risco” e instituindo o teletrabalho até chegar ao fechamento dos campi e

manutenção apenas das atividades essenciais, conforme a Pandemia foi avançando no país.

No HU, no entanto, o embate permaneceu durante toda a Pandemia e só na justiça conseguimos que os grupos de risco fossem afastados da linha de frente, mesmo assim com vários senões e total ausência de diálogo com a direção.

Mas foi **só no final de maio** que o a Reitoria criou o Grupo de Trabalho Plano de Readequação para o Ano Acadêmico (GT-PRAA) para tratar da questão. Não há nesse GT representante dos **trabalhadores**, nem dos **estudantes**. Apesar da **insistência** do SINTUSP durante todo esse tempo, o Reitor não nos recebeu virtualmente para tratar das questões relativas a Covid-19 e muito menos nos incluiu no GT-PRAA.

Primeiro passo só em junho de 2020

Todos os documentos do GT-PRAA que citaremos a seguir podem ser consultados nos sítios da USP, entre eles o <http://igc.usp.br/covid/docs-gtpraa/> e o <http://www.fo.usp.br/?p=75584>.

Em seu **1º relatório** o GT-PRAA tratou da “Readequação para o Ano Acadêmico” mas recomendou que “todas as atividades **administrativas** que se encontram em andamento **de forma remota**, assim permaneçam para se evitar a ocupação de

ambientes fechados”. Isso foi no dia 16/6/2020 quando o Brasil já somava 45.241 mortos com média diária de 976 vidas perdidas para o Covid-19.

Se a recomendação do trabalho remoto valia para uma situação onde tínhamos 45 mil mortos, o que dizer da situação atual com quase 500 mil mortos e uma média diária de 2000 vidas perdidas ao dia?

O GT-PRAA voltou a se manifestar duas semanas depois, 3/7, quando as vítimas fatais eram 63.174 com média diária de 1030. E mesmo com a alta nos números o Grupo de Trabalho se aproximou dos negacionistas e recomendou a “Preparação do ambiente para o retorno presencial aos laboratórios de pesquisa”.

Apesar da falta de sensibilidade do GT-PRAA, precisamos lembrar que nesse 2º relatório foram feitas 11 recomendações do ponto de vista sanitário e outras oito para planejamento administrativo. Essas normas não foram alteradas pelos planos seguintes, então continuam em vigor e são obrigações das unidades em caso de qualquer trabalho presencial.

Mais onze dias se passaram e em 14/7, e Brasil tinha 74.133 mortos com média diária de 1056, quando o GT publicou uma “Nota Complementar” ao 2º documento afirmando que “A USP continua com as atividades de ensino de forma exclusivamente remota...” mas

permitiu atividades presenciais a “juízo” dos dirigentes das unidades, abrindo assim a porteira para as insanidades locais. Ainda no dia 14/7, o GT soltou a 3ª versão do Plano tratando sobre as viagens a trabalho para o exterior.

Pouco mais de um mês se passou e no dia 18/8 o Brasil chegou a 109.888 mortos, com média diária de 980, quando o GT emitiu o 4º documento intitulado “Plano USP para o retorno gradual das atividades presenciais”, baseado no “Plano São Paulo” que classificou a situação pandêmica por faixas e cores.

Além de criar regras para transição entre uma fase e outra, esse 4º documento estabeleceu critérios para ocupação do espaço físico e definição de protocolos de risco e por isso é mais um que precisa ser estudado com muito cuidado antes de qualquer atividade presencial na USP.

Os protocolos vão desde a higienização frequente das mãos até o “auto-monitoramento das condições de saúde”. É nesse importante item que o GT-PRAA recomenda, por exemplo, afastar ou manter em teletrabalho por, no mínimo 14 dias, as pessoas com diagnóstico confirmado “mesmo quando apresentem condições físicas de saúde que possibilitem o trabalho presencial”. E ainda: “O mesmo se aplica para aqueles que tiveram contato com infectado pela Covid-19 nos últimos 14 dias”.

Casos em toda a USP comprovam descaso com o trabalhador

Essa norma da “quarentena”, do 4º documento é fundamental para quebrar a cadeia de contaminação da Covid-19 entre os trabalhadores que realmente precisarem trabalhar presencialmente. Um caso concreto de não cumprimento das normas pode ter acontecido na Guarda Universitária de Ribeirão Preto. Pelas informações iniciais Fernando Tremura, contaminado pelo Covid-19 (faleceu devido a doença) comunicou que estava doente, foi afastado, mas nenhuma outra providência foi tomada, como testar e colocar os demais membros da Guarda de quarentena, ou limpar e desinfetar o local, objetos e veículos que tenham sido utilizados por ele. Há

mais de duas semanas o SINTUSP enviou ofício à Prefeitura do Campus-RP com estes questionamentos, e até o momento não obtivemos resposta. O que nos faz concluir que realmente nada foi feito. Nem mesmo o que preconizam os documentos do GT-PRAA.

Situação parecida ocorreu, ainda em Ribeirão Preto, na Faculdade de Odontologia. Com a informação de que quatro companheiras da limpeza estavam com Covid-19, o SINTUSP também enviou ofício à unidade e ainda não obteve qualquer resposta. Imaginem o tanto de ambientes e contato com pessoas, diretas ou indiretamente, que essas trabalhadoras podem ter tido! No mínimo toda a unidade deveria sido

testada e ter entrado em quarentena para preservar trabalhadores, estudantes e as pessoas por eles atendidas na clínica odontológica.

Mas voltando às regras estabelecidas pela própria USP, no **4º documento** do GT-PRAA, há ainda uma série de recomendações de protocolos para comunicação, tanto preventiva quanto na ocorrência de casos.

A ilusão da queda e a falta de visão

O **5º documento** do GT-PRAA saiu dia **24/8**, quando a média diária de mortes ainda era elevada, **968** e número de **mortos somava 115.309**. Esse documento foi uma adequação para o projeto de reabertura novamente baseada no Plano São Paulo.

A mesma coisa pode-se dizer do **6º documento** do GT-PRAA, no dia **8/9**, com média diária em queda, **695 mortes e 128.539 no total**.

O **7º documento** foi publicado dia **27/10** em um momento que a pandemia ainda desacelerava. A média diária de mortes era **de 444 e o total de mortos 157.946**. O documento Reduziu o número de semanas para mudança de fases na abertura e criou mais normas, algumas dramáticas para os trabalhadores como o artigo que “...**continua privilegiando o teletrabalho**, mas procura garantir a isonomia entre os funcionários estabelecendo o retorno **compulsório** para a maior parte dos servidores técnicos e administrativos”.

O pior do documento veio a seguir ao criar o conceito de retorno ao trabalho presencial através de “**Bolhas sanitária**”. A esdruxula ideia, que esperamos, tenha sido esquecida ou descartada, pregava a convocação para o trabalho presencial de 20% do contingente de um setor para atuarem juntos por um período, se revezando com os outros grupos. Assim se houvesse contaminação os demais grupos seriam “poupados”.

E teve mais absurdos, a 7ª versão do documento do GT-PRAA “classificou” os **grupos de risco** enquadrando nessa categoria apenas as pessoas com comorbidade muito grave e que normalmente já não estariam mesmo na ativa por suas condições de saúde.

Nesse aspecto a distância com a realidade é novamente espantosa. A USP sequer informa ao SINDICATO – mesmo após ampla insistência – e à comunidade em geral, qual o número de casos e mortes e em que unidades foram as ocorrências. É um reino do silêncio ou do “faz de conta de que nada está acontecendo” na USP.

Contra esses absurdos realizamos uma importante **Greve Sanitária**, que conseguiu grande apoio da comunidade universitária e forçou a reitoria a recuar da compulsoriedade do Retorno!

O **8º documento** plano do GT-PRAA veio à tona no dia **6/11** - curva média de mortes ainda “baixa” em comparação aos picos anteriores, mas já apresentando tendência de alta: **363 de média diária de mortos e total de 162.038** até aquele dia.

Foram três os tópicos do documento: “**a. criação do Plantão Covid-19 no Hospital Universitário; b. testagem sorológica, que comporá um inquérito epidemiológico por campus, e c. teste RT-PCR para servidores sintomáticos e contactantes após avaliação clínica.**”

O que mais chamou a atenção foi a transcrição de uma portaria do Governo Federal, de 18/6/2020, que classifica os casos e as situações dos trabalhadores em relação à doença em “caso **Confirmado**”, “caso **Suspeito**” e “caso **Contactante**”. Nesse último o texto é enfático: “**Considera-se contactantes de caso confirmado da COVID-19 o trabalhador assintomático que teve contato com o caso confirmado da COVID-19, entre dois dias antes e quatorze dias após o início dos sinais ou sintomas ou da confirmação laboratorial, em uma das situações:** a) ter contato durante mais de quinze minutos a menos de um metro de distância; b) permanecer a menos de um metro de distância durante transporte; c) compartilhar o mesmo ambiente domiciliar; ou d) ser profissional de saúde ou outra pessoa que cuide diretamente de um caso da COVID-19...”

Nova escalada da Covid

O 9º documento plano do GT-PRAA veio a público dez dias após o anterior, 16/11/20, - com a curva de mortes em plena ascensão, - 484 ao dia e um total de 166.014 mortes -, e trouxe a “suspensão do caráter compulsório do retorno presencial”, mas manteve “As condições e recomendações descritas para cada fase do Plano USP no 7º Documento” que continuaram “válidas e em vigor” e deram aos dirigentes e chefias poderes para ir abrindo o que quisessem. Conforme já destacamos, esse recuo em relação à compulsoriedade do retorno só ocorreu devido à **nossa Greve Sanitária!**

O 10º documento não existe, a Reitoria simplesmente errou a conta e pulou esse número dando 2020 por encerrado.

Chegou 2021 e só dia 12/2 saiu a versão número 11 dos documentos do GT-PRAA. Neste dia já tínhamos 204.690 mortos e média diária continuava em alta, 1.065. Essa versão estabeleceu que as aulas no primeiro semestre de 2021 seriam somente remotas e que “o retorno pleno às atividades presenciais dependerá das condições epidemiológicas e/ou da vacinação dos profissionais da educação”.

O 12º documento do plano GT-PRAA, no dia 3/3 – com média de mortes diárias de 1.331 e o acumulado de 259.271 - manteve as restrições de acesso aos campi e recomendou que “a comunidade universitária contribua no esclarecimento da população para que evitem aglomerações...”.

Ainda em março, no dia 22, quando o Brasil somava 295.425 mortes e tinha média diária de 2.306, saiu o 13º documento do plano do GT-PRAA apertando ainda mais as restrições de acesso aos campi.

Chegou abril e no dia 6 já eram 336.947 mortos e estávamos próximos do pico da Pandemia com média de 2.757 vítimas ao dia, quando saiu o 14º documento do plano do GT-PRAA, para dizer apenas que mantinha as condições da versão anterior.

Mais um mês de pandemia e no dia 5 de maio somávamos 414.399 mortos. A média tinha abaixado muito pouco - 2.316 ao dia e o

15º documento do plano do GT-PRAA, apesar dos números assustadores, partiu para nova abertura, flexibilizando acesso aos campi e afirmando que “Os servidores docentes e técnico-administrativos já imunizados contra o vírus Sars-Cov-2 poderiam retornar às atividades presenciais, 14 (quatorze) dias após o recebimento da segunda dose, conforme recomenda o Centro de Contingência do Estado de São Paulo e os especialistas ouvidos pelo GT...”.

Certamente o GT-PRAA ouviu apenas os especialistas de seu interesse pois diariamente vemos a manifestação de infectologistas, inclusive da USP, que se posicionam contrários à exposição de quem já foi vacinado. Há vários fatores de risco que permanecem presentes, inclusive o fato de que não existe vacina 100% eficiente e que mesmo sem adoecerem as pessoas imunizadas podem ser vetores do vírus e, portanto, a aglomeração de qualquer tipo e o abandono ao isolamento social, é uma péssima recomendação e se assemelha à “imunização de rebanho” defendida pelo negacionistas.

É preciso lembrar ainda que muitas das recomendações sanitárias do GT-PRAA não foram cumpridas pelas unidades da USP e muitas demandam obras e adaptações demoradas que não foram sequer iniciadas. E ainda, o documento afirma que as atividades remotas podem continuar, porém, mais uma vez deixa a decisão nas mãos dos dirigentes, que por sua vez repassam as deliberações aos chefes imediatos. Destacamos que muitos destes convocaram os trabalhadores para retornarem em esquema de revezamento sem qualquer necessidade e mesmo sem estarem vacinados, considerando que apenas grupos de Docentes e Alunos da área da saúde foram imunizados e tiveram suas atividades presenciais retomadas, por exemplo em estágios de conclusão de cursos.

Finalmente chegamos ao décimo 16º documento do GT-PRAA, divulgado no dia 1/6/21 – 465.199 mortos pela Covid-19 e uma média de mortes diária ainda de 2.408. No comunicado o GT-PRAA mantém as condições

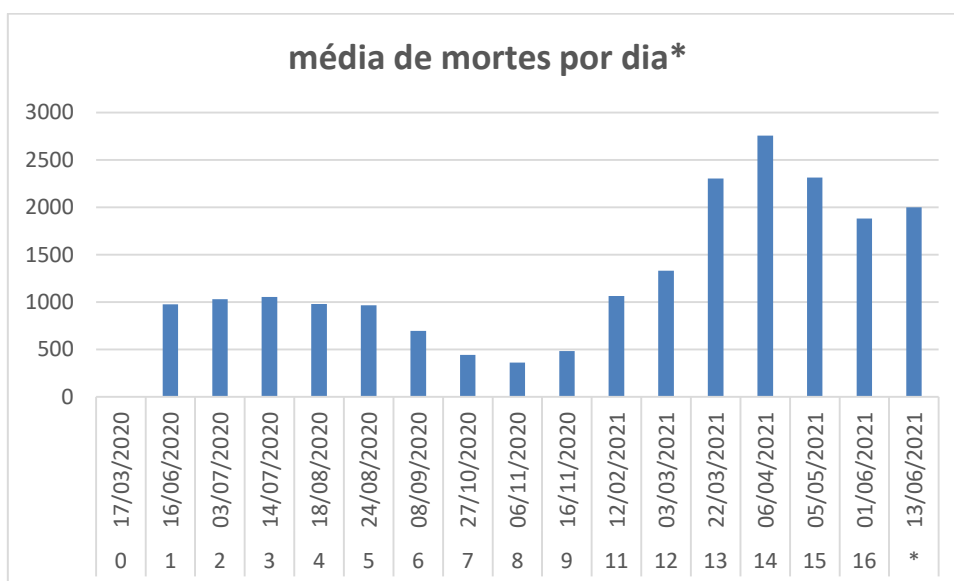
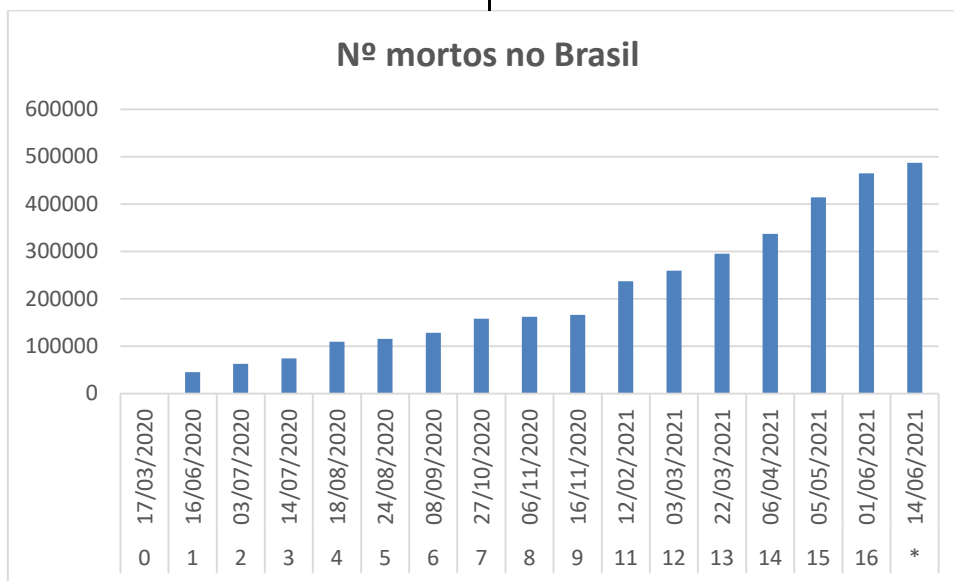
do documento anterior e adiciona que nas cidades em que o Governo Municipal decretar restrições mais severas como o *lockdown*, as

mesmas devem ser seguidas pelos Dirigentes e comunidade do campus local.

Terceira onda vem aí?

Começamos a segunda quinzena de junho se aproximando rapidamente de **meio milhão de mortos** e duas novidades: o anúncio do Governo do Estado de que vacinará “todo” o setor da Educação e, por outro lado a perspectiva dos cientistas da chegada de uma terceira onda de casos e mortes por causa das novas cepas (como se a segunda houvesse sido superada).

Temos que ouvir os cientistas da USP **que não são** pautados pelos interesses políticos e econômicos da burocracia universitária que insiste em se alinhar aos interesses do governo Dória. Volta às atividades presenciais só com a segurança da Pandemia debelada e a população vacinada em massa. E nunca é tarde, Sr REitor: coloque funcionários e estudantes no GT-PRAA!



* Média nos dias em que foram publicados os documentos do GT-PRAA

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br